

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.030 - SP
(2019/0187499-2)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : TOVER TRANSPORTES EIRELI
ADVOGADO : SALVADOR TOMAZINI JUNIOR - SP577536
EMBARGADO : ROBINSON DONIZETI MACIEL
ADVOGADO : CÉSAR SAMMARCO - SP264426
EMBARGADO : GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS : EDUARDO CHALFIN - SP241287
ILAN GOLDBERG - SP241292
JULIANA TROMBIERI FELIX DE ARAUJO - SP398514
INTERES. : JOSE CARLOS BARRETO
ADVOGADO : CÉSAR SAMMARCO - SP264426
INTERES. : JOSE ARISTODEMO FERRAZ
ADVOGADO : SALVADOR TOMAZINI JUNIOR - SP577536

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO.

1. A existência de erro material na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.
2. Embargos de declaração acolhidos para sanar erro material constante do dispositivo da decisão embargada, sem efeitos infringentes.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por TOVER TRANSPORTES EIRELI (atual denominação de Tover Transportes Ltda.) contra decisão unipessoal que não conheceu do recurso especial que interusera, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de reparação de danos materiais e morais, em razão de acidente de trânsito.
2. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

Superior Tribunal de Justiça

3. A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência, inviabiliza a análise do dissídio. Incidência da Súmula 284/STF.

4. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.

5. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

Em suas razões recursais, a embargante aponta erro material decisão embargada em relação aos honorários sucumbenciais.

Aduz que a sentença teria fixado os honorários em favor da embargada (GENERALI), denunciada na lide secundária, em R\$ 1.500,00, bem como que o Tribunal de origem apenas teria fixado os honorários em relação ao autor e aos réus, mas não em relação a embargada.

Defende que os honorários sucumbenciais deveriam considerar a fixação por equidade estabelecida na sentença no valor R\$ 1.500,00.

É O BREVE RELATÓRIO.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No que respeita ao erro material indicado, assiste razão à embargante.

Verifica-se que a sentença (e-STJ, fl. 348) fixou a sucumbência entre autores e réus da ação principal em 10% do valor da condenação e 10% do proveito econômico obtido, e entre denunciante e denunciada da lide secundária em R\$ 1.500,00, por equidade. Já o Tribunal de origem, de fato, fixou os honorários apenas em relação ao autor e aos réus, mas não em relação a embargada GENERALI, denunciada na lide secundária.

O evidente erro material merece reparo, sem decorrer desse ajuste, nenhum efeito infringencial no quanto decidido anteriormente.

Assim, na decisão de fl. 515 (e-STJ), onde se lê:

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o

Superior Tribunal de Justiça

trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da condenação (e-STJ, fl. 411) para 15%.

Leia-se:

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro, por equidade, os honorários fixados anteriormente em R\$ 1.500,00 (e-STJ, fl. 348) para R\$ 2.500,00.

Forte nessas razões, ACOLHO os embargos de declaração para sanar o erro material apontado, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora